

1 No dia 27 de junho de 2012, na sala de reuniões do andar térreo do Edifício Marie
2 Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília – DF, foi realizada a 48ª
3 Reunião da Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam
4 presentes os seguintes membros da Comissão: Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti**
5 (Presidente), Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente,
6 A Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira** (titular), Sr. **Lídio Coradin** (suplente), Sr.
7 **Roberto Ribas Gallucci** (suplente) representantes do Ministério do Meio Ambiente;
8 Sra. **Claudia Maria Correia de Mello** (titular) e Sra. **Maria Nilda Vieira Leite**
9 (suplente) representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
10 Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **Kleber Souza dos Santos** (titular) representante do
11 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Paulino Franco de**
12 **Carvalho Neto** (titular) representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE;
13 Sra. **Sonia Machado de Campos Dietrich** (suplente) representante da Academia
14 Brasileira de Ciências – ABC; Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente) representante da
15 Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. **Alberto Marques Santos** (suplente)
16 representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG;
17 Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (suplente) e Sra. **Elisa Monteiro Malafaia** (suplente)
18 representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr.
19 **Nelson Ananias Filho** (titular) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária
20 do Brasil - CNA; Sra. **Maria Adélia Borstelmann de Oliveira** (titular) representante
21 do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS; Sra. **Patrícia**
22 **Medeiros** representante do Ministério da Defesa – MD. Também estavam presentes
23 nesta reunião a Sra. **Juliana Carvalho Frota Mattos** e o Sr. **Luciano Filho** membros
24 da Secretaria Executiva da CONABIO. A pauta da reunião compreendeu os seguintes
25 itens: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA da
26 46ª e 47ª Reuniões Ordinárias; 4. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO, 4.1. Continuação
27 da discussão sobre os resultados do processo de consulta à sociedade para definição das
28 metas nacionais de Aichi, após a reunião final dos “Diálogos sobre Biodiversidade:
29 construindo a Estratégia Brasileira para 2020”. 5. OUTROS ASSUNTOS, 5.1. Rio + 20;
30 6. ENCERRAMENTO. O Sr. Roberto Cavalcanti iniciou a reunião às 14h00, saudou os
31 membros presentes e propôs uma alteração na pauta, para tratar do item 5.1 sobre a Rio
32 + 20 antes do item 4.1 sobre a discussão dos resultados do processo de consulta à
33 sociedade para definição das metas nacionais de Aichi. Passou-se então para a
34 aprovação das atas da 46ª e 47ª Reuniões Ordinárias que foram aprovadas. Passou-se a
35 palavra ao Sr. **Paulino Franco** que informou que o documento final da Rio + 20 ou
36 “outcome of the conference” já está disponível no site da Conferência das Nações
37 Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (*United Nations Conference on Sustainable*
38 *Development*); que na área de governança ambiental, houve a decisão de se criar no
39 âmbito da ONU o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, cujas atribuições e
40 responsabilidades serão definidas na próxima assembléia geral da ONU, em setembro
41 em Nova Iorque e outra decisão importante, mas que também depende de uma decisão
42 da Assembléia Geral da ONU é de que o PNUMA deverá estabelecer a composição
43 universal do Conselho de Administração do PNUMA; garantir que ele terá meios
44 financeiros seguros, estáveis e adequados; ampliar a voz do PNUMA e sua capacidade
45 de preencher a coordenação dos mandatos da ONU no que diz respeito ao meio
46 ambiente; promover uma mais forte interface entre ciência e políticas públicas na área
47 ambiental. A Sra. **Daniela Oliveira** deu continuidade à discussão das metas nacionais

48 de Aichi. Passou para a proposta de meta nacional 10. “Até 2017, todos os manguezais
49 e recifes de corais terão sido mapeados e, pelo menos 70% dos planos de manejo das
50 UCs costeiras e marinhas terão sido implementados e, até 2020, serão mitigadas
51 múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral, manguezais, praias arenosas,
52 banhados, várzeas, florestas costeiras e demais ecossistemas impactados, especialmente
53 por questões relacionadas às mudanças climáticas ou acidificação oceânica para que sua
54 integridade e funcionamento sejam mantidos”. O Sr. Nelson Ananias achou a meta
55 nacional 10 muito ousada. Sugeriu substituir a palavra ‘mitigadas’ por ‘minimizadas’. A
56 Sra. **Sônia Dietrich** sugeriu retirar a frase inicial até ‘mapeados’. A Sra. **Daniela**
57 **Oliveira** passou para a proposta de meta nacional 11. Existem duas propostas, a
58 primeira diz: “até 2020, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC, será
59 fortalecido e consolidado ampliando-se progressivamente os orçamentos públicos
60 direcionados a UCs, tendo como base o orçamento de 2011, promovendo uma gestão
61 efetiva, equitativa, ecologicamente representativa e integrada a paisagem, alcançando
62 um percentual mínimo de proteção em UCs, excetuando-se APAs, de 40% para a
63 Amazônia, 20% para todos os demais biomas terrestres e de águas continentais e pelo
64 menos 20% para áreas costeiras e marinhas. Em reconhecimentos a importante
65 contribuição dos territórios indígenas e territórios quilombolas para conservação e uso
66 sustentável da biodiversidade deverão ser assegurados e respeitados os direitos
67 territoriais de povos indígenas e quilombolas, mediante demarcação e regulação dos
68 seus territórios. A partir de 2013, considerando a importância das reservas legais, APPs
69 devidamente regularizadas e outros tipos de áreas protegidas e espaços de conservação
70 serão apoiados e contabilizados entre os valores reportados pelo Governo Brasileiro
71 como áreas destinadas a conservação e uso sustentável, além da meta anterior”. A
72 segunda proposta de redação diz que “até 2020, serão conservadas, por meio de
73 unidades de conservação (categorias prevista no SNUC e outras categorias de áreas
74 oficialmente protegidas, exceto APAs) bem como áreas protegidas na forma de APPs e
75 áreas de reservas legal compostas por vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia,
76 17% de cada um dos demais biomas terrestres (incluindo ecossistemas aquáticos) e 10%
77 (17%) de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para
78 biodiversidades e serviços ecossistêmicos, além da importante contribuição das terras
79 indígenas e territórios quilombolas como áreas protegidas *Lato Sensu*, assegurada e
80 respeitada a sua demarcação e regularização, observando a gestão efetiva e equitativa,
81 ecologicamente representativa e satisfatoriamente interligados e integrados em
82 paisagens terrestres e marinhas mais amplas”. A Sra. **Daniela Oliveira** observou que
83 houve consenso entre todos os setores para a primeira proposta de redação, apenas o
84 setor agrícola não abriu mão do texto da segunda proposta de redação. O Sr. **Paulino**
85 **Franco** colocou sua preocupação que esses números sejam números factíveis, que
86 sejam cumpridos, para não se criar uma situação constrangedora para a imagem do
87 Brasil externamente. A Sra. **Elisa Malafaia** colocou que o Ministério do Planejamento
88 irá consultar os outros ministérios, como o de Minas e Energia, Transportes, Ministério
89 da Integração, para chegar a um acordo na redação final. Concordou com o ministro
90 Paulino de Carvalho que esses números deverão ser factíveis. O Sr. **Kleber Santos**
91 colocou que a posição do MAPA é de incluir reserva legal e áreas de preservação
92 permanente. O Sr. **Nelson Ananias** da CNA corroborou com a opinião do Sr. Kleber
93 Santos. A Sra. **Daniela Oliveira** passou para a proposta de meta nacional 12. “Até
94 2020, o risco de extinção da espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente,
95 tendendo à zero, e sua situação de conservação, em especial daquela sofrendo maior

96 declínio, terá sido melhorada”. A Sra. Sonia Dietrich colocou que deve manter o texto
97 da Meta Global, retirar ‘o risco de extinção’ e manter ‘extinção de espécies’. A Sra.
98 **Daniela Oliveira** passou para a proposta de meta nacional 13. “Até 2020, a diversidade
99 genética de microorganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados, e
100 de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural,
101 terá sido mantida, e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a
102 perda de variabilidade genética”. A Sra. Sônia Dietrich sugeriu substituir no texto
103 ‘variedades silvestres’ por “espécies silvestres’. A Sra. Daniela Oliveira passou para a
104 proposta de meta nacional 14. “Até 2020, ecossistemas provedores de serviços
105 essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e
106 bem estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta [as necessidades das
107 mulheres], povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e
108 de populações vulneráveis”. O Sr. **Paulino Franco** sugeriu acrescentar após ‘bem estar’
109 a frase ‘de toda população’ e após ‘levando em conta’ acrescentar ‘em particular’. O
110 novo texto ficaria: “Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive
111 serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem estar de toda
112 população, terão sido restaurados e preservados, levando em conta em particular: as
113 necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e
114 comunidades locais, e de populações vulneráveis”. A Sra. **Daniela Oliveira** agradeceu a
115 presença de todos os membros e propôs dar continuidade na avaliação das metas
116 nacionais na próxima reunião ordinária e encerrou a reunião às 17h30. Por solicitação
117 do Presidente, eu, Juliana C.F.Mattos lavrei esta Ata.

118

119

120

121

Secretária Executiva

Presidente da CONABIO